



MOÇÃO

Saudação à luta do Povo Português na defesa e pelo cumprimento da Constituição da República Portuguesa

Considerando que,

Ao longo de 4 anos os trabalhadores e o povo português ergueram uma imensa luta, que conheceu na Cidade de Lisboa momentos altos e importantes.

Uma luta que se ergueu contra a política de direita protagonizada pelo governo PSD/CDS de ataque aos direitos, aos rendimentos e às conquistas que a Revolução de Abril alcançou, uma política de exploração e empobrecimento, uma política à margem da Lei e de confronto com a Constituição da República Portuguesa (CRP).

Luta que foi levada ao voto e que teve expressão no dia 4 de Outubro, pela condenação eleitoral imposta à coligação PSD/CDS, constituindo não apenas uma derrota do seu governo mas também da sua política.

Durante todo este período, o povo português deu um sinal claro que aspira a uma mudança de política.

No passado dia 10 de Novembro o governo PSD/CDS foi definitivamente derrotado. A sua derrota é uma vitória da luta dos trabalhadores e do povo, demonstrando que vale a pena lutar e resistir à resignação e ao conformismo.

Numa clara tentativa de subverter a CRP, a injustificada delonga do Presidente da República, perante a inequívoca vontade soberana do nosso povo reflectida numa nova maioria de deputados na Assembleia da República, apenas procurou suportar à força um governo PSD/CDS já derrotado.

Um governo derrotado e em funções de gestão que provou mesmo nessas circunstâncias não respeitar a Lei fundamental do país, na senda do cumprimento de uma agenda privatizadora – bem plasmado no processo de privatização da TAP - e de ataque aos direitos dos trabalhadores e do povo português, contando com a cumplicidade do actual Presidente da República.

Hoje temos um Governo com legitimidade democrática fruto de uma maioria formada na Assembleia da República. Uma maioria que pode contribuir para recuperar direitos dos trabalhadores e do povo, no cumprimento da Constituição da República, nomeadamente no que respeita ao emprego, aos salários, reformas e pensões (pela sua reposição e valorização); no direito à mobilidade (pela reversão dos processos de concessão e privatização das empresas de transportes terrestres – destaque para o Metro e a Carris); na garantia de melhores condições de acesso ao direito à saúde, à



educação e às prestações sociais; no respeito pela autonomia financeira e administrativa do Poder Local Democrático no sentido de responder aos seus objectivos, no âmbito das suas atribuições e competências.

Assim, as eleitas do Partido Comunista Português propõem que a Assembleia de Freguesia de Arroios, reunida na sessão ordinária de 15 de Dezembro de 2015, delibere:

1. Saudar a persistente e justa luta dos trabalhadores e do povo português contra a política de confronto e desrespeito pela Constituição da República Portuguesa, pela mudança e a concretização de uma política que cumpra com o que a mesma consagra nos vários planos: político, económico, social e cultural;
2. Exortar a Junta de Freguesia de Arroios a desenvolver acções que promovam a Constituição da República Portuguesa, com especial incidência durante o ano de 2016, ano em que comemorará o seu 40º aniversário.

Arroios, 15 de Dezembro de 2015

As eleitas do Partido Comunista Português

Maria Fernanda Pereira Gonçalves de Lacerda

Ana Luísa Martins Pereira Mirra